

Anti-Intelectualismo Como Estratégia De Poder: Conhecimento, Autoridade E Democracia

Author

Resumo

O presente artigo analisa o anti-intelectualismo como estratégia política deliberada, mobilizada por lideranças populistas e governos autoritários no contexto das democracias contemporâneas. Argumenta-se que o ataque sistemático às instituições produtoras de conhecimento — como universidades, ciência e imprensa — constitui mecanismo central dos processos de erosão democrática, ao fragilizar critérios compartilhados de verdade, deslegitimar o saber especializado e substituir a deliberação racional por mobilizações afetivas e morais. A partir de uma abordagem qualitativa de caráter teórico-analítico, baseada em revisão bibliográfica crítica e análise conceitual, o artigo dialoga com contribuições da ciência política, da sociologia do conhecimento e da teoria crítica. Sustenta-se que o anti-intelectualismo não representa uma ruptura externa com a democracia liberal, mas um processo interno de sua reconfiguração autoritária, operando como tecnologia de poder que reorganiza as relações entre conhecimento, autoridade e legitimidade política. Conclui-se que a defesa da democracia no século XXI exige a incorporação da dimensão epistêmica como eixo central das disputas políticas.

Palavras-chave: Anti-intelectualismo; Democracia; Populismo; Autoritarismo; Conhecimento.

Date of Submission: 02-02-2026

Date of Acceptance: 12-02-2026

I. Introdução

Nas primeiras décadas do século XXI, o anti-intelectualismo reapareceu com intensidade renovada no centro das disputas políticas, assumindo um papel estrutural nos projetos de poder de lideranças populistas e governos de orientação autoritária. Diferentemente de expressões episódicas de desconfiança em relação às elites culturais, observa-se a institucionalização de práticas sistemáticas de ataque à ciência, à universidade, à imprensa profissional e aos especialistas, convertendo o conhecimento crítico em alvo privilegiado da ação política. Tal fenômeno tem produzido efeitos profundos sobre a qualidade da deliberação pública, a formulação de políticas públicas e a própria estabilidade das democracias contemporâneas.

A literatura recente sobre erosão democrática tem enfatizado que o colapso das democracias raramente ocorre por meio de rupturas abruptas ou golpes clássicos, manifestando-se, ao contrário, como um processo gradual de enfraquecimento institucional e normativo. Nesse contexto, o anti-intelectualismo emerge como elemento-chave desse processo, na medida em que corrói os fundamentos epistêmicos que sustentam a democracia liberal: a confiança em critérios compartilhados de verdade, a legitimidade do dissenso informado e o papel das instituições produtoras de conhecimento como instâncias de controle do poder. Ao atacar esses pilares, lideranças populistas ampliam sua margem de manobra política e reduzem a capacidade da sociedade de avaliar criticamente decisões governamentais.

Este artigo parte da hipótese de que o anti-intelectualismo contemporâneo não deve ser compreendido como simples irracionalidade política, atraso cultural ou reação espontânea de setores populares. Sustenta-se, ao contrário, que ele opera como uma estratégia deliberada de poder, mobilizada para reorganizar as relações entre conhecimento, autoridade e legitimidade política. Ao deslegitimar o saber especializado e moralizar o debate público, projetos populistas buscam substituir formas de legitimação racional-legal por vínculos afetivos, identitários e morais, produzindo uma reconfiguração autoritária da democracia por dentro de suas próprias instituições.

A relevância do tema se acentua diante da crescente centralidade da ciência e do conhecimento técnico na gestão das sociedades contemporâneas. Questões como políticas de saúde, mudanças climáticas, educação, economia e tecnologia exigem decisões baseadas em evidências e expertise especializada. Paradoxalmente, é justamente nesse contexto de complexificação social que o anti-intelectualismo ganha força, alimentado por crises econômicas, desconfiança institucional, polarização política e pela disseminação de desinformação em ambientes digitais. O conflito em torno do conhecimento torna-se, assim, um dos eixos centrais das disputas políticas no século XXI.

Do ponto de vista teórico, o artigo dialoga com contribuições da ciência política, da sociologia do conhecimento e da teoria crítica. Autores como Pierre Bourdieu oferecem instrumentos para compreender o conhecimento como capital simbólico e campo de disputa; Nancy Fraser permite situar o anti-intelectualismo no interior de uma crise multidimensional do capitalismo democrático; Levitsky e Ziblatt contribuem para a compreensão dos mecanismos graduais de erosão democrática; e Christian Lynch fornece elementos para analisar o colapso do liberalismo político e a reconfiguração da esfera pública. Esse diálogo interdisciplinar permite superar leituras reducionistas e apreender o anti-intelectualismo como fenômeno estrutural.

II. Metodologia

Este artigo adota uma abordagem metodológica qualitativa, de natureza teórico-analítica, adequada à investigação de fenômenos políticos e sociais cuja complexidade exige aprofundamento conceitual e interpretação crítica. A opção por esse desenho metodológico decorre do objetivo central do estudo, que não consiste em mensurar empiricamente a incidência do anti-intelectualismo, mas em compreender seus fundamentos, significados e funções no interior das democracias contemporâneas.

A pesquisa fundamenta-se, primeiramente, em uma revisão bibliográfica crítica e sistemática, mobilizando obras clássicas e contemporâneas da ciência política, da sociologia do conhecimento e da teoria social crítica. Foram priorizados autores que discutem, direta ou indiretamente, as relações entre conhecimento, poder, legitimidade e democracia, com especial atenção às contribuições publicadas a partir da década de 2010, período marcado pela intensificação de processos de erosão democrática e pela ascensão de lideranças populistas em diferentes contextos nacionais.

A revisão bibliográfica não se limita a um levantamento descritivo da literatura, mas assume caráter analítico e interpretativo. Conforme argumentam Cechinel et al. (2016), a análise documental e bibliográfica exige a construção de categorias analíticas capazes de articular empiria e teoria. Nesse sentido, o anti-intelectualismo é tratado como categoria analítica central, sendo decomposto em dimensões como: (a) deslegitimização do saber especializado; (b) moralização do debate público; (c) ataque às instituições de produção do conhecimento; e (d) reconfiguração autoritária da legitimidade política.

Complementarmente, o estudo emprega análise conceitual, entendida como procedimento metodológico voltado à explicitação dos significados, usos e disputas em torno de determinados conceitos no debate acadêmico e político. Essa estratégia permite identificar continuidades e rupturas entre manifestações históricas do anti-intelectualismo e suas expressões contemporâneas, bem como evitar usos imprecisos ou excessivamente normativos do conceito. Tal cuidado metodológico é fundamental para distinguir o anti-intelectualismo enquanto fenômeno político estruturado de meras críticas legítimas à tecnocracia ou ao elitismo acadêmico.

Do ponto de vista epistemológico, o trabalho insere-se em uma perspectiva crítica, que reconhece o conhecimento como socialmente situado e atravessado por relações de poder, sem, contudo, aderir a formas relativistas que neguem a possibilidade de critérios públicos de verdade. Nesse aspecto, dialoga-se com Pierre Bourdieu, ao compreender o campo científico como espaço de disputas simbólicas, e com Boaventura de Sousa Santos, ao reconhecer a pluralidade epistemológica sem abdicar da defesa da ciência como bem público e instituição democrática.

Cabe destacar que, embora o artigo não realize estudo de caso empírico específico, suas análises são orientadas por processos observáveis em diferentes contextos nacionais, como o ataque a universidades, a desqualificação de especialistas e a disseminação de desinformação por agentes estatais. Essa opção metodológica visa construir um arcabouço teórico capaz de subsidiar pesquisas futuras de caráter comparativo ou empírico, especialmente aquelas voltadas à análise de políticas públicas, discursos oficiais e práticas institucionais.

Por fim, as limitações metodológicas do estudo decorrem justamente de seu caráter teórico. Não se pretende oferecer generalizações empíricas definitivas, mas contribuir para o refinamento conceitual e analítico do debate sobre anti-intelectualismo e democracia. A validade do trabalho reside, portanto, na coerência interna do argumento, na consistência do diálogo teórico estabelecido e na capacidade explicativa do modelo analítico proposto.

III. Desenvolvimento

O anti-intelectualismo, enquanto fenômeno social e político, possui uma longa trajetória histórica, assumindo configurações distintas conforme o contexto econômico, cultural e institucional em que se manifesta. Richard Hofstadter (1963) foi um dos primeiros autores a sistematizar o conceito, identificando no contexto norte-americano uma tradição persistente de hostilidade em relação aos intelectuais, à vida acadêmica e ao pensamento abstrato. Para o autor, essa hostilidade estava associada a valores pragmáticos, ao fundamentalismo religioso e à desconfiança em relação às elites culturais.

No entanto, limitar o anti-intelectualismo contemporâneo a essas raízes históricas seria analiticamente insuficiente. Nas democracias do século XXI, o fenômeno adquire novos contornos ao se articular diretamente com projetos políticos institucionais e estratégias de poder. Diferentemente de períodos anteriores, nos quais o anti-intelectualismo operava sobretudo no plano cultural, observa-se hoje sua incorporação explícita às agendas governamentais, manifestando-se em políticas públicas, discursos oficiais e práticas administrativas que visam enfraquecer a autonomia do campo científico e educacional.

Essa atualização do anti-intelectualismo está profundamente relacionada às transformações da esfera pública e aos efeitos da digitalização da comunicação política. A circulação massiva de informações, a fragmentação das audiências e a centralidade das redes sociais contribuíram para a relativização dos critérios tradicionais de autoridade epistêmica. Nesse ambiente, o saber especializado passa a competir com narrativas simplificadas, emocionalmente mobilizadoras e frequentemente descoladas de evidências empíricas.

A compreensão do anti-intelectualismo como estratégia de poder exige uma análise cuidadosa das relações entre conhecimento e legitimidade política. Pierre Bourdieu (2004) oferece instrumentos teóricos fundamentais ao conceber o conhecimento como forma de capital simbólico, produzido e validado em campos relativamente autônomos, como a ciência, a universidade e o jornalismo profissional. Esses campos operam segundo regras próprias, que conferem autoridade a determinados discursos e agentes.

O anti-intelectualismo atua precisamente na deslegitimização desses campos, questionando sua autonomia e seus critérios internos de validação. Intelectuais e especialistas são frequentemente retratados como agentes ideológicos, distantes da realidade social ou comprometidos com interesses ocultos. Tal retórica não visa apenas desacreditar indivíduos específicos, mas minar a confiança pública nas instituições produtoras de conhecimento.

Ao enfraquecer a autoridade simbólica da ciência e da universidade, lideranças populistas criam condições para a substituição do conhecimento especializado por formas alternativas de legitimação, baseadas no senso comum, na moral religiosa ou no carisma do líder. Esse processo contribui para a reconfiguração da esfera pública, na qual a persuasão racional cede espaço à mobilização afetiva e à polarização identitária.

O populismo contemporâneo constitui o principal vetor político do anti-intelectualismo no século XXI. Conforme argumenta Nancy Fraser (2019), a atual conjuntura é marcada por uma crise multidimensional do capitalismo democrático, que combina desigualdade econômica, crise de representação e colapso dos regimes de verdade. Nesse cenário, o anti-intelectualismo surge como resposta simplificadora a problemas estruturais complexos.

A moralização da política desempenha papel central nesse processo. O conflito político deixa de ser estruturado em torno de projetos, programas ou ideologias e passa a ser enquadrado como disputa moral entre o bem e o mal, o povo autêntico e seus inimigos. Intelectuais, cientistas e jornalistas são frequentemente posicionados como adversários morais, acusados de corromper valores nacionais, religiosos ou culturais.

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) demonstram que a erosão democrática ocorre de forma gradual, por meio do enfraquecimento de normas informais e instituições-chave. O anti-intelectualismo contribui diretamente para esse processo ao corroer pilares fundamentais da democracia liberal, como a imprensa livre, a ciência independente e a educação crítica. Ao atacar essas instâncias, governos populistas reduzem a capacidade da sociedade de exercer controle sobre o poder político.

A substituição da deliberação racional por mobilização emocional intensifica a polarização e dificulta a construção de consensos mínimos necessários à convivência democrática. O anti-intelectualismo, nesse sentido, opera como pedagogia política negativa, ensinando a desconfiança sistemática, a rejeição da complexidade e a aceitação de soluções autoritárias como respostas legítimas a crises reais ou percebidas.

IV. Resultados E Discussão

Embora o presente estudo não se baseie em dados empíricos primários, seus resultados devem ser compreendidos à luz do percurso teórico-analítico desenvolvido ao longo do artigo. Em pesquisas de natureza qualitativa e conceitual, os resultados não se expressam por meio de indicadores quantitativos, mas pela formulação de proposições analíticas, categorias interpretativas e modelos explicativos capazes de iluminar fenômenos sociais complexos. Nesse sentido, os principais resultados deste trabalho consistem na identificação do anti-intelectualismo como estratégia política estruturada e na explicitação de seus efeitos sobre a democracia contemporânea.

O primeiro resultado relevante refere-se à compreensão do anti-intelectualismo como fenômeno institucionalizado. A análise realizada ao longo do artigo demonstra que, no contexto atual, o anti-intelectualismo não pode ser reduzido a atitudes difusas de desconfiança em relação aos intelectuais ou à ciência. Ao contrário, ele integra projetos políticos que operam a partir do interior das instituições democráticas, sendo mobilizado de forma recorrente por lideranças populistas como instrumento de reorganização da autoridade política. Esse achado dialoga diretamente com a literatura sobre erosão democrática, ao evidenciar

que o ataque ao conhecimento funciona como mecanismo indireto, porém eficaz, de enfraquecimento de freios e contrapesos institucionais.

Um segundo resultado diz respeito à centralidade da dimensão epistêmica nas disputas políticas contemporâneas. O artigo evidencia que o conflito político no século XXI extrapola divergências programáticas ou ideológicas, envolvendo disputas profundas sobre critérios de verdade, autoridade cognitiva e legitimidade do saber. A deslegitimização sistemática da ciência, da universidade e da imprensa profissional emerge, assim, como condição necessária para a consolidação de narrativas populistas, na medida em que permite a substituição da deliberação racional por formas de mobilização afetiva, moral e identitária.

Em terceiro lugar, a análise permite identificar a moralização da política como elemento mediador entre anti-intelectualismo e autoritarismo. Ao enquadrar intelectuais, especialistas e instituições científicas como inimigos morais do “povo”, lideranças populistas não apenas desqualificam o saber crítico, mas também restringem o espaço do dissenso legítimo. Esse resultado reforça a tese de que o anti-intelectualismo contribui para a normalização de práticas autoritárias, mesmo em contextos formalmente democráticos, ao redefinir os limites do debate público e da crítica social aceitável.

A discussão desses resultados sugere que o anti-intelectualismo deve ser interpretado como uma tecnologia de poder adaptada às condições da democracia de massas e da comunicação digital. Diferentemente de regimes autoritários clássicos, nos quais o controle do conhecimento se dava prioritariamente por meio da censura direta, o contexto contemporâneo é marcado pela produção de desconfiança generalizada e pela relativização sistemática da verdade. Essa dinâmica fragiliza a capacidade coletiva de distinguir entre informação e desinformação, ampliando a vulnerabilidade das democracias a discursos simplificadores e autoritários.

Os resultados indicam que o avanço do anti-intelectualismo impõe desafios significativos às políticas públicas, especialmente nos campos da educação, da ciência e da comunicação. A desvalorização do conhecimento especializado tende a comprometer a formulação de políticas baseadas em evidências, abrindo espaço para decisões arbitrárias ou orientadas por interesses ideológicos de curto prazo. Assim, o anti-intelectualismo revela também uma dimensão material, cujos efeitos extrapolam o plano simbólico e impactam diretamente a capacidade do Estado de responder a problemas sociais complexos.

A discussão aponta para a necessidade de repensar estratégias de defesa da democracia que incorporem a dimensão epistêmica como eixo central. A proteção das instituições produtoras de conhecimento, o fortalecimento da educação crítica e a reconstrução da confiança pública na ciência emergem como condições fundamentais para conter processos de erosão democrática. Nesse sentido, os resultados deste estudo contribuem para o debate acadêmico ao oferecer um quadro analítico capaz de subsidiar investigações empíricas futuras e orientar reflexões normativas comprometidas com a preservação do pluralismo, da racionalidade pública e da democracia.

V. Considerações Finais

O presente artigo buscou analisar o anti-intelectualismo contemporâneo não como fenômeno residual, episódico ou meramente cultural, mas como estratégia política deliberada, articulada a projetos de poder que operam no interior das democracias contemporâneas. Ao longo do texto, argumentou-se que o ataque sistemático às instituições produtoras de conhecimento — como universidades, ciência e imprensa — constitui elemento central dos processos recentes de erosão democrática, ao fragilizar critérios compartilhados de verdade e reconfigurar as bases da legitimidade política.

A análise teórica desenvolvida permitiu evidenciar que o anti-intelectualismo atua como tecnologia de poder particularmente eficaz em contextos de crise multidimensional do capitalismo democrático. Ao deslegitimar o saber especializado e moralizar o debate público, lideranças populistas deslocam o eixo da política da deliberação racional para a mobilização afetiva e identitária, restringindo o espaço do dissenso e enfraquecendo os mecanismos de controle do poder. Trata-se, portanto, de um processo que não rompe abruptamente com a democracia liberal, mas a reconfigura de modo progressivamente autoritário.

Outro achado relevante do estudo consiste na centralidade da dimensão epistêmica nas disputas políticas do século XXI. A crise contemporânea da democracia não pode ser plenamente compreendida sem considerar os conflitos em torno da produção, validação e circulação do conhecimento. A relativização da verdade, a disseminação da desinformação e a desconfiança sistemática em relação às instituições científicas revelam que a democracia enfrenta não apenas uma crise de representação, mas também uma crise de legitimidade cognitiva.

Do ponto de vista normativo e político, os argumentos apresentados indicam que estratégias de defesa da democracia precisam incorporar de forma mais explícita a proteção das instituições de conhecimento como eixo fundamental. O fortalecimento da educação crítica, a valorização da ciência como bem público e a reconstrução da confiança social em critérios compartilhados de verdade constituem condições indispensáveis para conter a expansão de projetos autoritários travestidos de vontade popular.

Por fim, este trabalho não pretende esgotar o debate sobre o anti-intelectualismo, mas contribuir para seu refinamento conceitual e analítico. Ao situar o fenômeno no cruzamento entre conhecimento, poder e democracia, o artigo oferece um arcabouço teórico que pode subsidiar pesquisas empíricas futuras, especialmente estudos comparativos e análises de políticas públicas. Em um contexto marcado por incertezas epistêmicas e tensões democráticas, compreender o anti-intelectualismo como estratégia de poder revela-se passo fundamental para a defesa do pluralismo, da racionalidade pública e da própria democracia.

Referências

- [1]. BOURDIEU, Pierre. Os Usos Sociais Da Ciência: Por Uma Sociologia Clínica Do Campo Científico. Tradução De Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- [2]. FRASER, Nancy. The Old Is Dying And The New Cannot Be Born: From Progressive Neoliberalism To Trump And Beyond. London: Verso, 2019.
- [3]. HOFSTADTER, Richard. Anti-Intellectualism In American Life. New York: Vintage Books, 1963.
- [4]. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como As Democracias Morrem. Tradução De Renato Aguiar. Rio De Janeiro: Zahar, 2018.
- [5]. LYNCH, Christian Edward Cyril. O Colapso Do Liberalismo Político. Rio De Janeiro: Todavia, 2021.
- [6]. SANTOS, Boaventura De Sousa. O Fim Do Império Cognitivo: A Afirmação Das Epistemologias Do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.